

Estruturas e tendências do crescimento económico mundial

I

A concepção do capitalismo como sistema mundial de acumulação e de crescimento assimétrico de formações sociais estruturadas e hierarquizadas à escala internacional tem assumido crescente relevo nas análises do desenvolvimento e subdesenvolvimento¹. As «leis» ou tendências da transformação desse sistema parecem mais significantes e profundas que as regularidades apenas identificáveis dentro dos espaços nacionais, sobretudo se se trata de compreender a lógica de evolução das formações sociais ditas periféricas ou subdesenvolvidas. O objecto deste texto é o de sintetizar larga informação empírica hoje disponível sobre certas tendências de longo prazo na evolução do sistema, extraindo algumas ilações relevantes para a «localização» do processo português naquele âmbito mais vasto.

Mais precisamente, procurar-se-á contrastar o sistema mundial capitalista na fase de hegemonia britânica (encerrada na primeira guerra mundial) com a fase actual de hegemonia norte-americana, situando num caso e noutro aspectos da problemática histórica do subdesenvolvimento português².

Os quadros n.ºs 1 e 2, extraídos dos trabalhos de Kuznets, recordam-nos certos dados básicos do processo de crescimento económico mundial, na sua mais aparente relação: entre potenciais demográficos e potenciais produtivos. Notemos que, entre meados do século XVIII e meados do século XX, o ritmo decenal médio de crescimento demográfico mundial passa de 4,5 % (na segunda metade do século XVIII) a 20 % em 1950-60, prevendo-se em estimativas da O. N. U. um aumento de 60 % na população mundial entre 1975 e 2000.

¹ Basta lembrar as análises de Gunder Frank e Samir Amin. Uma esclarecedora síntese da evolução do sistema capitalista mundial e do pensamento económico marxista e não marxista que a acompanha encontra-se no estudo realizado na Universidade do Chile pelos economistas Orlando Caputo e Roberto Pizarro, sob o título *Dependencia e Relaciones Internacionales*, e publicado em 1974 pela Editorial Universitária Centroamericana (EDUCA), Costa Rica.

² A perspectiva dominante do autor gira em torno da problemática referida em «O modelo português de subdesenvolvimento — notas para a sua análise», artigo publicado em *Economia e Socialismo*, n.º 19, Outubro de 1977.

Em artigo seguinte procuraremos analisar, ao nível teórico, e não apenas descritivo, como neste texto, aspectos da problemática agora evocada.

População mundial por continentes
(Milhões)

[QUADRO N.º 1]

Anos	Europa e Rússia Asiática	América do Norte	América Latina	Oceânia	Ásia	África	Mundo
1750	144	1	12	2	475	95	728
1800	192	6	19	2	597	90	906
1850	274	26	33	2	741	95	1171
1900	423	81	63	6	915	120	1608
1930	532	135	109	10,4	1072	157	2015
1950	576	167	162	13,0	1384	207	2509
1960	640	200	212	16,5	1684	257	3010

Fonte: S. Kuznets, *Modern Economic Growth — Rate, Structure and Spread*, 1966, Yale University Press, quadro 2.2.

No quadro n.º 2 podemos aperceber-nos da aceleração dos processos de crescimento económico nas formações sociais que sucessivamente chegam à industrialização em posições de dianteira. Os coeficientes de multiplicação, à escala secular, do produto nacional variam de apenas 12,0 para a Grã-Bretanha (entre 1780 e 1881) a 34,5 e 33,4 para os E. U. A. e Japão em períodos longos mais recentes. A progressão quantitativa da economia soviética e, em geral, dos países de economia planificada acentua ainda essa *aceleração da perseguição* dos que vêm na senda do processo pioneiro da Grã-Bretanha.

Crescimento do produto nacional, população e produto «per capita» — países seleccionados, períodos longos

[QUADRO N.º 2]

Países	Duração do período	Taxa de crescimento por década			Coeficiente de multiplicação secular		
		Produção (1)	População (2)	Produto per capita (3)	1	2	3
Inglaterra e País de Gales (Reino Unido):							
1700 a 1780	80	5,3	3,2	2,0	1,7	1,4	1,2
1780 a 1881	101	28,2	13,1	13,4	12,0	3,4	3,5
1855-59 a 1957-59 ...	101	21,1	6,1	14,1	6,8	1,8	3,7
E. U. A.:							
1839 a 1960-62	122	42,5	21,6	17,2	34,5	7,1	4,9
Suécia:							
1661-65 a 1960-62 ...	98	36,9	6,7	28,3	23,2	1,9	12,1
Japão:							
1879-81 a 1959-61 ...	80	42,0	12,3	26,4	33,4	3,2	10,4
Rússia Europeia (U. R. S. S.):							
1860 a 1913	53	30,2	13,8	14,4	14,0	3,6	3,8
1913 a 1958	45	35,7	6,4	27,4	—	—	—
1928 a 1958	30	53,8	6,9	43,9	74,1	38,0	1,9

Fonte: Kuznets, *op. cit.*, quadro 2.5.

Participação de países seleccionados no comércio internacional (preços correntes) e taxas de crescimento decenais do comércio internacional (preços constantes)

[QUADRO N.º 3]

Países	1820-30	1830-40	1840-50	1850-60	1860-70	1870-80	1880-89	1901-05	1906-10	1911-13	1928	1937	1958
Grã-Bretanha (a)	21,6	20,8	20,1	22,7	25,1	24,0	22,4	16,4	12,2	14,1	13,7	14,1	9,3
França	9,9	10,8	11,4	11,3	10,8	10,8	10,2	7,6	7,6	7,5	6,1		5,0
Alemanha	11,5	10,2	8,8	8,6	9,2	9,7	10,3	11,6	12,1	12,2	9,3	8,3	7,5
E. U. A. (b)	6,0	6,3	7,3	8,3	8,3	8,8	9,8	10,5	10,3	10,1	17,3	16,0	20,0
Soma	49,0	48,1	47,6	50,9	53,4	53,3	52,7	46,1	42,2	43,9	46,4	43,2	41,8
Percentagem de crescimento decenal	10,1	30,2	61,5	59,8	52,7	53,7	43,4	37,8	45,9	47,6	8,5	1,0	86,0

Fonte: Kuznets, *op. cit.*, quadro 6.13.
 (a) A partir de 1928, incluindo a Irlanda.
 (b) A partir de 1928, E. U. A. e Canadá.

Os quadros n.ºs 3 e 4, tendo também os estudos de Kuznets como fonte, elucidam-nos algo sobre a posição ocupada pela Grã-Bretanha no sistema mundial. Entre 1820 e o final do século XIX, quatro países (Grã-Bretanha, França, Alemanha e E. U. A.) contam para cerca de metade do comércio mundial e é sempre dominante a posição inglesa até surgir a proximidade da Alemanha, nos começos do século XX³. É também significativa a análise da balança de pagamentos da Grã-Bretanha, conforme consta do quadro n.º 4: o défice da balança comercial é, em grande parte, compensado pelo saldo dos «serviços» (sobretudo fretes marítimos), mas é a rubrica de juros e dividendos que permite longa acumulação de capitais resultantes das operações com o exterior. Em 1900 e 1914, os investimentos da Grã-Bretanha no estrangeiro são mais de duplos dos realizados pelo segundo exportador de capitais na época (a França).

Balança de pagamentos da Grã-Bretanha, 1821-1913
(Milhões de libras anuais)

QUADRO N.º 4)

Períodos	Mercadorias	Serviços	Outras transacções correntes	Total das transacções correntes	Juros e dividendos	Total	Crédito acumulado (início dos períodos)
1821-50	- 17,0	+ 20,0	- 4,1	- 1,1	+ 6,5	+ 5,4	46,1
1851-80	- 60,6	+ 73,3	- 11,3	- 1,5	+ 31,2	+ 32,7	209
1881-1913 ...	- 133,9	+ 123,0	- 13,5	- 24,3	+ 109,1	+ 84,9	1,189 (3,990) *

Fonte: Kuznets, *op. cit.*, quadro 6.5.

* Valor do final do período.

A coluna «Serviços» inclui seguros, fretes, etc., predominando o saldo dos fretes marítimos.
A coluna «Outras transacções correntes» inclui movimentos de ouro e prata, vendas de navios, remessas de emigrantes, turismo e importações não discriminadas.

Como escreve E. J. Hobsbawm⁴, «Num sentido literal, a Grã-Bretanha nunca foi talvez 'a oficina do mundo', mas o seu domínio industrial era de tal ordem em meados do século XIX que a afirmação é legítima». Um sistema mundial tendia a estruturar-se em torno da única economia relativamente industrializada do tempo. Por essa época esteve-se perto, no Ocidente europeu, dum sistema liberal de movimentação de mercadorias, pessoas e capitais. Com a hegemonia político-económica da Grã-Bretanha, é também o modelo de pensamento económico dos clássicos ingleses, designadamente de Ricardo, que domina não só a ideologia económica do período, mas também, nalguma medida, o próprio curso da política económica (e da política *tout court*...) então praticada. Entre a abolição das Corn Laws, em 1846, e a grande depressão desencadeada em 1873, diz-nos Hobsbawm, verifica-se um breve período histórico «em que tanto a parte desenvolvida como a parte subdesenvolvida do mundo tinham igual interesse em funcionar *com*, e não *contra*, a economia britânica, ou não

³ Como se verá adiante (quadro n.º 11), esses mesmos países eram ainda os quatro primeiros no comércio mundial em 1973, mas contando apenas para cerca de 37 % das trocas mundiais.

⁴ *Industry and Empire*, The Pelican Economic History of Britain, vol. III, cap. 7 (existe tradução portuguesa da Editorial Presença, de 1978).

tinham alternativa [...]. Muitas áreas subdesenvolvidas só tinham virtualmente a Grã-Bretanha como comprador, pois a economia britânica era a única economia moderna». Depois disso, o peso britânico na produção industrial mundial reduz-se progressivamente com a emergência dos novos capitalismos industriais, mas persiste longamente a supremacia financeira e comercial. «Em 1913, a Grã-Bretanha detinha provavelmente um capital de 4000 milhões de libras no exterior, contra menos de 5500 milhões possuídos pelo conjunto da França, Alemanha, Bélgica, Holanda e E. U. A. No final da década de 1850, os navios britânicos transportavam cerca de 30 % da carga entrada nos portos franceses e norte-americanos; em 1900 transportavam 45 % da carga entrada nos portos franceses e 55 % nos americanos. Paradoxalmente, o próprio processo que tinha enfraquecido a produção britânica — o surto de novas potências industriais, o debilitamento do poder competitivo britânico — reforçou o triunfo das finanças e do comércio. As novas potências industriais expandiram as suas importações de produtos primários originários do mundo subdesenvolvido, mas não tinham os tradicionais arranjos simbióticos dos Ingleses com esse mundo, e portanto incorreram num pesado défice conjunto. A Grã-Bretanha cobriu este défice a) pelas suas crescentes exportações de manufacturas para os Estados industriais, b) pelo rendimento dos 'invisíveis' da navegação e coisas parecidas e c) pelo rendimento que lhe advinha de ser o maior exportador mundial de capitais da época.»⁶ Quanto às exportações de mer-

Direcção e composição do comércio externo britânico no período de 1710-1914

[QUADRO N.º 5]

	1710-30	1740-60	1770-90	1800-20	1830-50	1860-70	1880-90	1900-14
<i>Mercadorias e orientação:</i>								
Exportações em percentagem do PNB	7	8	10	14	16	20	19	20
<i>Grupos de mercadorias (em percentagem):</i>								
Lanifícios	72	45	40	12	10	13	9	6,5
Têxteis de algodão	0	2	12	50	40	34	28	27
Ferro e aço	3	5	9	3	10	12	12	11,5
Carvão	2	2	4	1,5	3	5	7	10
<i>Direcção das exportações:</i>								
Europa do Norte	46	34	25	25	23	22	20	19
Europa do Sul	35	44	25	13	17	16	16	16
América do Norte	7	10	25	30	20	17	16	12
Outra América	8	8	13	20	18	11	11	10
Ásia	2	2	10	10	15	20	22	22
África	2	2	2	2	4	6	6	10
Outros	0	0	0	0	3	8	9	11
(Império)	(7)	(20)	(25)	(30)	(30)	(32)	(34)	(35)
(Índia)	—	—	(5)	(6)	(12)	(14)	(16)	(17)

Fonte: B. R. Mitchell e P. Deane (1962), *Abstract of British Historical Statistics*, Cambridge University Press, transcrito em Michael Barrat Brown, *Economics of Imperialism*, Penguin Modern Economic Texts, 1974, quadro 3, p. 104.

⁶ Hobsbawn, *op. cit.*, p. 152.

cadorias, é esclarecedor o quadro n.º 5: é nas últimas décadas do século XIX que as exportações deixam de crescer mais rapidamente do que o PNB, tendência que sempre sucede desde os começos do século XVIII; na primeira metade do século XIX, os têxteis de algodão substituem os lanifícios como principal rubrica das exportações, enquanto os seus mercados principais se deslocam gradualmente das áreas «desenvolvidas» para as «subdesenvolvidas», à medida que prosseguia a industrialização daquelas (quadro n.º 6); a área formalmente incluída no Império recebe apenas 7 % das exportações no começo do século XVIII, para atingir 35 % nos começos deste século — e, nesse âmbito, a Índia ocupa a maior posição (duas últimas linhas do quadro n.º 5).

Exportações britânicas de têxteis de algodão — repartição em percentagem

[QUADRO N.º 6]

Ano	Europa e E. U. A.	Mundo subdesenvolvido	Outros países
1820	60,4	31,8	7,8
1840	29,5	66,7	3,8
1860	19,0	73,3	7,7
1880	9,8	82,0	8,2
1900	7,1	86,3	6,6

Fonte: Hobsbawm, *op. cit.*, p. 146.

Para que modelo apontava o «mercado mundial» do século XIX, sob plena supremacia britânica? Uma economia hegemónica em rápida industrialização, largamente aberta ao exterior e dele dependente por via das importações de alimentos e matérias-primas e também das exportações (em menor escala, dada a estrutura já apontada da balança de pagamentos), tendia a projectar-se em extensas áreas dominadas, formalmente integradas no Império ou aparentemente independentes, mas de facto igualmente subjugadas pelo poderio britânico. Portugal é exemplo peculiar desse «colonialismo informal» exercido pela Inglaterra, caso estudado de forma precisa por Sandro Sideri⁶.

II

As duas grandes guerras mundiais e o período entre elas marcam conurbada fase de transição entre o sistema capitalista mundial de hegemonia britânica e o novo sistema que, *grosso modo*, vigora até à crise de 1974. Antes de caracterizarmos aspectos mais salientes deste último, interessa referir algumas das tendências desse período intermédio.

O quadro n.º 3 mostra a drástica redução na expansão do comércio internacional nos anos 20 e 30 deste século. Revela também a passagem dos E. U. A. à posição dominante nesse comércio, com a secundarização da posição britânica. Reverso desta evolução é o reforço da operação dos

⁶ *Trade and Power — Informal Colonialism in Anglo-Portuguese Relations*, Rotterdam University Press, 1970 (existe tradução portuguesa das Edições Cosmos, de 1978).

mercados internos no crescimento económico dos capitalismos mais avançados.

Com efeito, as tendências reveladas no quadro n.º 7 mostram que já antes da grande depressão dos anos 30 deste século a parte do trabalho (empregados e assalariados) no rendimento nacional tendia significativamente a aumentar. No Reino Unido passava de 47 % na segunda metade do século XIX e princípios do século XX a 59 % na década dos anos 20 deste século. A evolução é igualmente muito nítida na Alemanha e menos marcada, embora sensível, na França e nos E. U. A. O período da crise, não contemplado no quadro, não seria significativo dos *trends* de longo prazo, pois a depressão faz aumentar a parte dos salários no RN, que resiste à baixa — até por imperativo da subsistência da força de trabalho — mais do que a dos lucros, embora em condições de desemprego generalizado. Quanto aos E. U. A., assinala-se que é a partir dos anos 30, e designadamente na época do New Deal, que o sindicalismo e a negociação colectiva se implantam e estruturam solidamente ⁷.

Distribuição funcional do rendimento: tendências de longo prazo

[QUADRO N.º 7]

	Partes do RN (percentagem)			Percentagem de empresários e trabalhadores por conta própria na população activa
	Trabalhadores dependentes	Rendimento de empresários e trabalhadores por conta própria	Rendimento de propriedade (assets)	
	(1)	(2)	(3)	(4)
Reino Unido:				
1860-69	47	17	36	13
1905-14	47	16	37	13
1920-29	59	15	26	10
1954-60	70	9	21	6
França:				
1913	45	33	22	33
1920-29	50	29	21	30
1954-60	59	29	12	27
Alemanha:				
1895	39	45	16	26
1913	47	35	18	21
1913	48	33	19	21
1925-29	64	26	10	19
1954-60 (R. F. A.)	60	22	18	16
E. U. A.:				
1899-1908	54	24	22	28,5
1919-28	58	18	24	21,5
1929	58	17	25	21
1954-60	69	12	19	15

Fonte: S. Kuznets, *op. cit.*, quadro 4.2.

⁷ Sobre a eficácia económica da acção sindical ver do autor *A Determinação do Salário na Indústria*, Moraes Editores, 1968, cap. III.

Esta evolução explica que, após a segunda guerra mundial, a parte das exportações mundiais no produto mundial fosse inferior à correspondente ao período antes de 1914, estimada por Nurkse em 1/6⁸, ou seja, *grossomodo*, dupla da verificada em 1955 (cfr. quadro n.º 8).

Exportações em percentagem do produto

[QUADRO N.º 8]

	1935	1960	1965	1970	1974
Mundo	8,5	8,6	8,5	9,8	15,8
E. U. A.	3,9	4,1	4,0	4,4	7,0
Japão	8,3	10,8	10,0	9,8	12,1
C. E. E.	14,6	16,1	15,7	18,0	24,4

Fonte: GRESI — Groupe de Reflexion sur les Stratégies Industrielles, *La Documentation Française*, parte I, cap. 2, «Les mutations de l'économie mondiale», quadro 8.

É sabido que nas décadas posteriores à segunda guerra mundial, e até à crise de 1974, o capitalismo mundial atravessa a fase de maior crescimento económico da sua história, ainda que esse mesmo período registe a emergência doutro sistema mundial (ou subsistema) de crescimento ainda mais rápido, o grupo dos países socialistas. O essencial desse grande movimento histórico de crescimento está patente na estimativa do Instituto de Economia Mundial de Budapeste, que é a fonte do quadro n.º 9.

Estrutura da economia mundial (em percentagem do PNB)

[QUADRO N.º 9]

Países	1950	1969	Contribuição em percentagem para o aumento da produção mundial
<i>Países capitalistas desenvolvidos</i>	68	58	54
Dos quais:			
América do Norte	42	31	25
Europa ocidental	21	19	19
Outros	5	8	10
<i>Países em desenvolvimento</i>	12	11	10
América Latina	4	4	3
África	2	2	2
Extremo Oriente	5	4	4
Próximo Oriente e outros	1	1	1
<i>Países socialistas</i>	20	31	36
U. R. S. S.	10	18	23
Países socialistas europeus	6	8	8
Países socialistas asiáticos	4	4	5
Total	100	100	100

Fonte: M. Simai, *Economic Growth and the Development Level*, Budapeste, 1972.

É notória a assimetria do crescimento mundial, considerando o grupo dos «países em desenvolvimento». Sabe-se também da acentuação dos desníveis em termos de produto por habitante (geralmente considerado como indicador de níveis de vida). É, todavia, no domínio das relações económicas internacionais que nos interessa destacar as facetas mais salientes desta evolução, algumas das quais ressaltam da observação dos quadros n.ºs 10 e 11. Nos períodos considerados regista-se a aceleração do crescimento das exportações, a maior «abertura» recíproca das economias capitalistas, enfim, o que poderá designar-se (como no citado estudo do GRESI) por *acentuação da divisão internacional do trabalho*. Esta abertura, todavia bem estruturada e regionalizada, rompe até com o fechamento relativo do mundo socialista (quadro n.º 12). Salientem-se os efeitos da integração económica europeia, nos dois espaços organizados com esse propósito (C. E. E. e A. E. C. L.).

Taxas de crescimento médio anual das exportações

[QUADRO N.º 10]

Países	1950-60	1960-68	1968-71
E. U. A.	5,1	7	8,3
Europa	8,1	9	15,5
R. F. A.	16,6	9,8	16,3
França	6,4	8,2	17,2
Itália	10,5	13,7	14,1
R. U.	4,8	5,1	13,3
C. E. E.	10,4	10	15,7
Japão	15,9	16,2	22,8
A. E. C. L.	5,8	7	13,7
Países em vias de desenvolvimento	2,9	6,4	11,8
Países socialistas	10,8	7,7	10
Mundo	6,3	8,2	13,4

Fonte: CNUCED, *Manuel des Statistiques*, citado em GRESI, *op. cit.*, quadro 2.

Na aparência, a hegemonia britânica da primeira fase imperialista (digamos, do imperialismo clássico) era mais acentuada do que a exercida pelos E. U. A. na fase actual. Olhando as mudanças de posição registadas no quadro n.º 9, ressaltam as promoções da R. F. A. e do Japão⁹, que constituem hoje, com os E. U. A., as potências capitalistas de maior dimensão económica. Note-se que a Grã-Bretanha de antes de 1914, quando muito, atingia nas suas exportações 20 % do PNB, percentagem largamente superior à dos E. U. A. e do Japão hoje, mas inferior ao valor médio dos países da C. E. E. (cfr. quadro n.º 8). Na realidade, comparações deste tipo podem ser enganadoras, na medida em que não registam o *grande facto novo* (ao menos, na sua amplitude) do capitalismo do último quarto de século, que respeita à transnacionalização do capital através dos investimentos internacionais das grandes empresas. O quadro n.º 13 — extraído

⁹ No conjunto dos 7 maiores países da O. C. D. E. (em grandeza do PNB) em 1955 vinham a seguir aos E. U. A. (64,4 % da produção desse grupo) o R. U. (8,5 %) e a França (7,8 %). Em 1974, os E. U. A. detinham 46,7 %, o Japão 15 % e a R. F. A. 12,8 %, enquanto o R. U. baixara para apenas 6,4 %. A França atingia 9,2 %. Cfr. GRESI, *op. cit.*, quadro 3.

Vinte e três maiores exportadores mundiais (F. O. B.)

[QUADRO N.º 11]

Países	1950		1973		Variação de ordem
	Porcentagem	Ordem	Porcentagem	Ordem	
<i>Total ..</i>	67		78		
E. U. A. ...	16,6	1	13,2	1	—
R. F. A. ...	3,2	6	9,9	2	+ 4
Japão ...	1,3	19	6,7	5	+ 14
R. U. ...	9,2	2	6,9	3	— 1
França ..	4,9	3	6,8	4	— 1
Canadá ...	4,7	4	4,2	9	— 5
Itália ...	2	11	5,2	6	+ 5
Países Baixos ...	2,3	9	4,9	7	+ 2
Bélgica e Luxemburgo ...	2,7	7	4,3	8	— 1
Suécia ..	1,8	15	2	11	+ 4
Suíça ...	1,5	18	2,5	10	+ 8
Austrália ...	2,7	7	1,3	14	— 7
Brasil ...	2,2	10	1,2	15	— 5
Venezuela ...	1,9	12	0,5	19	— 7
Noruega ...	0,6	22	1,1	16	+ 6
Hong-Kong ...	1	21	1	17	+ 4
Espanha ...	0,6	22	1,8	12	+ 10
Argentina ...	1,9	12	0,5	23	— 11
Índia ...	1,9	12	0,5	19	— 7
Indonésia ...	1,3	19	0,5	19	—
Malásia ...	1,6	16	0,5	19	— 3
Singapura ...	1,6	16	0,9	18	— 2
U. R. S. S. ...	3,3	5	1,7	13	— 8

Fonte: GRESI, *op. cit.*, quadro 11.

Trocas mútuas (em percentagem do comércio total da região)

[QUADRO N.º 12]

Anos	América do Norte	C. E. E.	A. E. C. L.	Europa oriental
1955 ...	30,2	32,8	18,3	60,0
1973 ...	33,4	48,5	29,4	57

Fonte: GRESI, *op. cit.*, quadro 9.

dum estudo da O. N. U. sobre multinacionais — dá indicações sugestivas sobre o tema.

Admitindo que a *produção internacional* (PI) dum país é igual ao dobro do valor contabilístico dos seus investimentos no estrangeiro e considerando ainda a produção de cada país controlada pelo estrangeiro (PE), pode obter-se a *produção nacional consolidada* (PNC) pela soma algébrica $PNB + PI - PE$. Verifica-se que a PNC dos E. U. A. é cerca de 11 % superior ao seu PNB (em 1971) e que mais de metade da PI mundial é de origem norte-americana. Este facto condiciona o aparente declínio da hegemonia norte-americana no actual sistema mundial, quer em termos

intracapitalistas, quer na comparação entre o potencial dos dois grandes sistemas mundiais. À data a que se refere o quadro n.º 13, «a transnacionalização» da economia japonesa era ainda relativamente diminuta — embora em espectacular aceleração nos últimos anos —, mas o caso da R. F. A., economia largamente penetrada pelo capital norte-americano, mostra a amplitude da expansão possível das transnacionais dos E. U. A. no próprio topo da hierarquia do actual sistema mundial capitalista. Note-se que, em 1971, o valor da «produção internacional» dos E. U. A. representou cerca de 4 vezes as suas exportações directas desse ano, contra uma relação de apenas 2,3 em 1950¹⁰. Supondo que a mesma proporção de 1971 se mantinha em 1974, as exportações directas mais a produção internacional dos E. U. A. representariam nessa data cerca de 35 % do PNB desse país.

Produções nacionais consolidadas em 1971

(Milhares de milhões de dólares)

[QUADRO N.º 13]

Países	PNB	PI	PE	PNC	Porcentagem da PI total*
E. U. A.	1054	+ 172	- 27	1199	52,1
R. U.	142	+ 48	- 30	160	14,5
França	172	+ 19	- 10	180	5,7
R. F. A.	233	+ 15	- 17	231	4,4
Canadá	93	+ 12	- 50	55	3,6
Japão	242	+ 9	- 6	245	2,7
Itália	106	+ 7	- 6	107	2

Fonte: O. N. U., *Les sociétés multinationales et le développement mondial*, 1972, e GRESI, *op. cit.*

* Em relação à «produção internacional» total dos países da economia de mercado.

Para 1970 foi também estimado no citado estudo da O. N. U. que 28 % das exportações dos países subdesenvolvidos correspondiam a empresas filiais das transnacionais norte-americanas, sendo 43% a parte das transnacionais de todas as nacionalidades naquelas exportações (um quarto das mesmas exportações constitui *comércio internacional fechado*, isto é, trocas efectuadas no quadro «interno» das transnacionais)¹¹.

Embora o panorama que anteriormente traçamos seja superficial e incompleto, ressaltam da descrição efectuada aspectos flagrantes de contraste entre o «mercado mundial» do século XIX e a estruturação do capitalismo mundial à entrada do último quartel de século XX. Como se viu, a aceleração do crescimento, das trocas e da transnacionalização dos investimentos nos capitalismos «cêntricos» marginalizou drasticamente o mundo dos subdesenvolvidos do processo de crescimento mundial. Aparentemente, tem-se um «centro» que se desenvolve, subdesenvolvendo uma periferia, no século XX como no século XIX, embora por processos distintos. A imagem sugestiva é, porém, em certa medida enganadora.

¹⁰ Cfr. GRESI, *op. cit.*, quadro 19.

¹¹ Sobre o tema ver, do autor, «Empresas transnacionais e desenvolvimento económico», in *Economia e Socialismo*, n.º 24.

Importações por regiões mundiais (bilhões de dólares, F. O. B.)
(Preços correntes)

[QUADRO N.º 14]

Importações de	Europa ocidental			América do Norte	Economias de planeamento central	Resto do mundo		Mundo	
	Total	C. E. E. (a)	Europa do Sul			Total	O. P. E. C.		
Europa ocidental (total) ...	1955	13	—	—	2	0	11	—	26
	1960	29	22	1,6	5	2	16	—	52
	1970	92	68	6,7	13	6	27	4	138
	1976	266	203	18,7	26	23	88	31	403
C. E. E. ...	1955	—	—	—	—	—	—	—	—
	1960	24	15	1,6	4,5	1,4	13,1	—	43
	1970	75	56	—	11	4	22	4	112
	1976	218	169	15,1	21	14	73	26	326
Europa do Sul	1955	—	—	—	—	—	—	—	—
	1960	1,2	1	0,06	0,3	0,3	0,3	—	2,1
	1970	3,4	2,5	0,3	0,7	0,8	1,4	0	6,3
	1976	10,5	8,5	0,7	1,9	2,9	4,6	1,7	19,9
América do Norte ...	1955	4	—	—	6	0	10	—	20
	1960	9	5,8	0,5	7	0	10	—	26
	1970	17	10	1,6	19	0	23	2	59
	1976	37	30	4,4	50	4	62	13	153
Economias de planeamento central ..	1955	0,8	—	—	0	—	—	—	1,6
	1960	2	1,5	0,3	0	8	3	—	13
	1970	6	4	0,9	0	18	7	0,7	31
	1976	22	14	3,5	1	48	16	3	87
Resto do mundo (total) ...	1955	9,2	—	—	8	—	—	—	37,4
	1960	14	10,7	0,9	8	3	12	—	37
	1970	28	30	2,8	19	5	31	3,3	83
	1976	105	85	13,6	78	15	150	17	348
O. P. E. C. ...	1955	—	—	—	—	—	—	—	—
	1960	—	—	—	—	—	—	—	—
	1970	9	8	—	2	0,2	5,8	0	17
	1976	53	44	7,2	25	2	52	0	132
Mundo ...	1955	27	—	—	16	2	40	—	85
	1960	54	40	3,3	20	13	41	—	128
	1970	143	112	12,0	51	29	88	10	311
	1976	430	332	40,2	155	90	316	64	991

Fonte: *Overall economic perspective for the E. E. C. region up to 1990*, Genebra, E. E. C., 1978, Appendix, Table B, 3, p. 106.

(a) Os números para 1960, 1970 e 1976 referem-se aos nove países da C. E. E.

C. E. E. — Comunidade Económica Europeia.

O. P. E. C. — Organização dos Países Exportadores de Petróleo.

Uma das críticas que podem fazer-se à distinção entre um «centro» e uma «periferia» reside na suposta homogeneidade dos dois conjuntos, inter-relacionados como tais, que a classificação sugere. Na verdade, a demarcação entre desenvolvimento e subdesenvolvimento não passa linearmente por fronteiras nacionais, mas sim por articulações intra e internacionais complexas, em que áreas «cêntricas» poderão, por exemplo, ser detectadas no eixo Rio-São Paulo, do Brasil (este, todavia, «periférico»), e áreas «periféricas» no Sul da Itália (esta, supostamente «cêntrica»). Dito doutra maneira: a dicotomia centro-periferia tende a escamotear a hierarquização complexa que cobre simultaneamente os dois termos da classificação e a fazer esquecer ou relegar para segundo plano os processos transnacionais da acumulação de capital e aplicação de recursos que estão na essência da problemática do desenvolvimento e subdesenvolvimento.

O primeiro capitalismo industrial e imperialista cresceu sacrificando o mercado interno, substituído por sucessivas áreas formal ou informalmente colonizadas que trocaram matérias-primas ou alimentos por produtos manufacturados. Os capitalismos seguintes ao britânico na industrialização foram necessariamente proteccionistas, porque defensivos do potencial britânico. Nos casos dos E. U. A. ou do Japão, as economias capitalistas actuais de maior dimensão, os mercados internos desempenharam desde início papel distinto e bem mais decisivo. No conjunto do sistema mundial, a transição entre as duas guerras e as próprias conflagrações mundiais geraram um relativo impulso de introversão — alargamento do mercado interno — que, com maior ou menor êxito, integrou o proletariado industrial no sistema económico.

Por outro lado, considerando o conjunto dos países socialistas, não carece de demonstração o carácter introvertido e relativamente autárquico do crescimento desses países — em particular dos de maiores dimensões: China e U. R. S. S. — e o papel completamente diverso das relações económicas internacionais nesse processo de crescimento. Para além disso, quer em termos comerciais quer tecnológicos, a tendência dominante ainda vai num sentido de dependência Leste-Oeste. O quadro n.º 14 dá-nos indicações sobre a estrutura actual das trocas comerciais nessa área.

Verifica-se manifesto desequilíbrio nas relações comerciais entre os dois sistemas, o que só pode significar endividamento externo do conjunto dos países de economia planificada em relação ao conjunto capitalista e algum atraso tecnológico.

Neste quadro, é sabido que os anos de 1974-75 marcaram a mais grave crise do capitalismo no após-guerra e que é admissível considerar a presente fase como de transição para nova estruturação da economia mundial. Conhecem-se as reivindicações associadas à Nova Ordem Económica Internacional (N. O. E. I.) e à Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, documentos aprovados pela Assembleia Geral das Nações Unidas precisamente no período mais crítico da «velha» ordem económica internacional nas últimas décadas.

Na sequência do processo evolutivo que descrevemos, pode equacionar-se o futuro do sistema económico mundial em termos de solicitações contraditórias orientadas para relativas *extroversões* ou *introversões*. Esquecendo, de momento, a problemática da integração ou articulação dos países socialistas no sistema mundial, concentremos a reflexão sobre a problemática «centro-periferia» ou «Norte-Sul» na estruturação mundial capitalista.

Em termos de estratégias económicas tornou-se corrente opor dependência a autocentramento, basear-se «nas próprias forças» (*self-reliance*) o desenvolvimento ou aceitar o lugar estabelecido pela divisão internacional do trabalho no mercado mundial. As alternativas só são reais — isto é, historicamente possíveis — em contextos que podem considerar-se excepcionais na presente conjuntura histórica, contextos que permitam, em primeiro lugar, *romper com esse mercado mundial e, em segundo lugar, construir novo sistema económico e nova articulação externa* que sejam económica e politicamente viáveis.

Esta problemática — digamos, da superação revolucionária da dependência — está fora do objecto deste texto. Interessa-nos antes considerar em que medida a própria lógica inerente ao capitalismo actual poderá conduzir ao que alguns autores¹² designam por «desenvolvimento dependente associado». É conhecida a tendência geral para o declínio da taxa de lucro nas economias capitalistas cêntricas, e bem assim a intensidade capitalista crescente dos investimentos necessários para garantir razoável ritmo de crescimento económico¹³. Tal significa, no interior desse espaço, crescentes necessidades de financiamento para reduzidas ou nulas expectativas de lucro. Só por si, tais tendências requerem a acentuação do processo de internacionalização do capital, já referido: ou seja, tendência ao aumento das «produções internacionais» em proporção dos PNB das economias cêntricas e crescente transferência de recursos, a partir da operação das transnacionais, à escala mundial.

Isto implica, além do mais, uma divisão internacional do trabalho no espaço económico das próprias transnacionais, quer em termos de gamas produtivas, quer de áreas geográficas¹⁴. O ponto pertinente para a nossa reflexão é, porém, o seguinte: em que medida exigirá a intensificação do processo de internacionalização do capital o alargamento dos mercados internos «periféricos», tal como noutra fase do processo capitalista mundial isso foi exigido ao próprio «centro» (Keynes sendo o expoente significativo ao nível ideológico desse momento histórico do capitalismo)?

Só na medida em que a lógica do sistema jogar objectivamente nessa direcção se poderá falar dum desenvolvimento dependente associado, estágio de que o Brasil estaria eventualmente a aproximar-se. Não parece arriscado afirmar que, nas presentes condições, não joga. A este propósito é de referir o problema crónico do desequilíbrio estrutural das balanças de pagamentos na maioria das economias periféricas e o tratamento que frequentemente lhes é imposto pelo F. M. I., significativo da redução do mercado interno, da diminuição do salário real, etc., exactamente na direcção oposta ao desenvolvimento «associado». Mas é admissível que esta ortodoxia monetarista e recessiva venha cada vez mais a ser criticada em nome dos próprios interesses da expansão do sistema capitalista, como aliás começa a suceder¹⁵.

¹² Cfr. F. H. Cardoso, «Les États Unis et la théorie de la dépendance», in *Tiers Monde*, n.º 68, Outubro-Dezembro de 1976.

¹³ Ver *Overall economic perspective...*, cit., Section 3.

¹⁴ Quanto à Europa, ver E. S., «Da Europa das multinacionais aos beduínos em Portugal», in *Economia e Socialismo*, n.º 20, Novembro de 1977.

¹⁵ Assim, as críticas de economistas como R. Eckaus, do Instituto de Tecnologia de Massachusetts, às receitas estabilizadoras do F. M. I. Sobre estas e os seus resultados ver Cheryl Payer, *A Armadilha da Dívida Externa — o F. M. I. e o Desenvolvimento da Dependência* (Moraes Editores).

A questão da futura inserção do conjunto dos países socialistas na economia mundial é igualmente outro problema de fundo respeitante às tendências de longo prazo do sistema mundial. Sabe-se que a internacionalização dos processos produtivos é característica essencial da economia mundial de hoje e que a expansão aparente das produções e exportações de produtos manufacturados do terceiro mundo é, em larga medida, reflexo da expansão das transnacionais. Mais geralmente, constatamos que as articulações centro-periferia são, ao mesmo tempo, suficientemente maleáveis e sólidas para não tornarem generalizáveis experiências isoladas de rupturas totais ou parciais com o mercado mundial, como os casos cubano ou argelino. O desligamento duma economia periférica em relação à dominação capitalista pressupõe uma alternativa de religamento dessa economia num âmbito internacional mais vasto. A rigidez, relativa inexperiência (pode dizer-se) e também certa incapacidade teórica, ao nível ideológico, dos países industrializados socialistas em matéria de relações económicas internacionais parecem limitar actualmente as perspectivas de generalização desse movimento duplo de desligamento e religamento que a superação do subdesenvolvimento e da dependência, em termos de prática social, e não apenas de especulação teórica, obviamente requer.

III

Aquilo que noutro texto designámos por *modelo português de subdesenvolvimento*²⁶ carece de ser perspectivado nesse histórico processo global que temos referido. Procuraremos destacar alguns pontos básicos que permitam situar ou localizar nesse processo a experiência histórica portuguesa, com vista ao enquadramento de futura investigação.

Do século XV aos anos 70 deste século forma-se, transforma-se e desagrega-se até à liquidação total um vasto império cujas vicissitudes históricas estão naturalmente associadas ao processo capitalista mundial que envolve a trajectória secular portuguesa.

Há duas perspectivas possíveis para análise desse processo: uma consideraria a contribuição ou função desse espaço português imperial na expansão do capitalismo, nas várias fases ou etapas deste desenvolvimento; outra focaria nessa envolvente as determinações externas do processo português de subdesenvolvimento.

Limitando a retrospectiva histórica até ao século XVIII — sem remontar, portanto, à época dos Descobrimentos e à génese do capitalismo comercial, mas atendendo mais proximamente às origens da industrialização capitalista —, haveria que realçar a relação triangular Inglaterra-Portugal-Brasil e as interacções exercidas por essas formações sociais em *momentos críticos* dos desenvolvimentos ou subdesenvolvimentos que experimentam nos séculos XVIII e XIX²⁷.

²⁶ *Economia e Socialismo*, n.º 19, Outubro de 1977, art. cit.

²⁷ Cfr. Ladislau Dowbor, *A Formação do Capitalismo Dependente no Brasil*, Prelo, 1977, caps. III e IV; S. Sideri, *op. cit.*, cap. VI, e Armando de Castro, *A Dominação Inglesa em Portugal*, Afrontamento, 1972, introdução e o texto «A dominação inglesa em Portugal». Ver também Miriam Halpern, *Desenvolvimento Económico e Livre-Câmbio em Portugal*, Lisboa, Edições Cosmos, 1973, e *Assimetrias de Crescimento e Dependência Externa*, Seara Nova.

É, porém, a perspectiva de certo modo inversa que nos interessa reter, até pela sua relação directa com a problemática económica crucial do Portugal de hoje, que reside em nova crise de dependência estrutural, depois de sucessivas crises noutras épocas, a actual com a novidade de não oferecer escapatória ao espaço imperial, pois que este deixou definitivamente de existir.

Nesta perspectiva, a análise de Sideri recorda-nos alguns factos essenciais¹⁸.

Os tratados comerciais luso-britânicos de 1642, 1654, 1661 e 1703 (Tratado de Methuen) estabeleceram entre os dois países uma divisão internacional do trabalho aparentemente conforme à teoria ricardiana das vantagens comparativas, a Inglaterra fazendo «panos» e Portugal produzindo «vinho». Na prática, estabeleceu-se por essa via uma profunda dependência da economia portuguesa em relação à britânica, entre outros aspectos manifestada no défice crónico da balança de pagamentos portuguesa, défice que permite entre 1700 e 1760 um escoamento maciço do ouro brasileiro para Inglaterra, favorecendo aqui o seu processo de industrialização e entrando-o em Portugal. No século XIX, este défice crónico é financiado por empréstimos externos, cuja contrapartida é a dependência económica e política de Portugal perante os seus credores.

Nos finais do século XVII (conde da Ericeira), no século XVIII (Pombal) e no segundo quartel do século XIX esboçam-se tentativas de industrialização em Portugal, que falham em grande parte por subordinação ao interesse britânico (Tratado de Methuen, abertura dos mercados e portos brasileiros à Inglaterra, etc.), embora reconhecer o facto não constitua uma «explicação» desses malogros, pois que para tanto seria necessário analisar as relações de classe e as estruturas produtivas no interior do País. Uma vez mais, não parece justificado procurar explicações quer no «interior» quer no «exterior» do subdesenvolvimento, mas antes no contexto articulado das duas determinações.

O fio condutor da pesquisa *económica* interessada neste processo parece-nos dever residir na resistência à modificação em determinado padrão de acumulação e aplicação de recursos. É neste aspecto, em conexão com o facto colonial, que o período de quase meio século que vai de 1926 a 1974 adquire talvez maior significação, em contraste com o período anterior e aquele que Portugal recentemente iniciou.

Falar de acumulação e aplicação de recursos, ou seja, do processo que vai da criação dum excedente económico à sua incorporação subsequente no processo produtivo — os mecanismos de reprodução alargada do capital —, é invocar a questão das relações entre classes sociais nas esferas da produção e circulação, das alianças internas e externas ao nível das classes dominantes, dos comportamentos do proletariado rural e urbano, etc.

É sabido que a formação social portuguesa nunca conseguiu estruturar-se em termos de introduzir numa dinâmica secular de crescimento os excedentes criados pela exploração colonial. O Império Português é sempre um subimpério, no sentido de exercer uma exploração ou dominação de *segunda ordem*, em que as verdadeiras metrópoles se servem de Portugal como intermediário dum processo de transferência de recursos. Esta posição intermédia é, na realidade, mais periférica que cêntrica, embora se possa especular indefinidamente sobre a classificação exacta duma formação

social tão intimamente ligada a essa realidade híbrida de exploração-explorada ou dominação-dominada típica do processo secular português de subdesenvolvimento.

Nesta perspectiva, a época salazarista e a sua falhada renovação marce-
lista adquirem um significado preciso.

Trata-se da tentativa mais persistente e consistente de estruturar e consoli-
dar um capitalismo nacional capaz de projectar-se economicamente no
espaço imperial que sempre ficara «vazio» da ocupação económica da
metrópole. Esse meio século é a grande oportunidade histórica oferecida
por um Estado centralizado, autoritário, de *raison d'être* claramente anti-
proletária, para a afirmação duma burguesia nacional. Que esta não tinha
capacidade para tanto, o próprio Salazar talvez tenha acabado por reco-
nhecê-lo. Que desde os anos 60, parafraseando um verso de Pessoa, o Im-
pério Português sobrevivia a si próprio como um fósforo queimado, também
é hoje evidente. O que já não é tão evidente, porém, é o modelo de acumu-
lação hoje praticável para sobrevivência dessa burguesia, dados os seus
padrões de consumo, a sua larga tradição histórica especulativa e parasitária
e, por outro lado, a inexistência sequer do escape emigratório para atenua-
ção da pressão social das classes trabalhadoras.

É certo, porém, que o nacionalismo económico de Salazar limitou a
penetração do capital estrangeiro e a dependência financeira do capitalismo
internacional; daí que largas margens de penetração do capital externo
estejam ainda abertas a Portugal como saída imediata da crise pós-colonial.
Ou, dito doutra forma: a internacionalização do capital nos moldes que
caracteriza o processo capitalista do último quarto de século não penetrou
em Portugal (ao contrário da Espanha, por exemplo) ao ritmo inerente à
lógica da divisão internacional do trabalho¹⁹, por factores endógenos de
nacionalismo económico inerentes à ideologia salazarista. Sendo assim,
a actual fase de transição da formação social portuguesa pode ser inter-
pretada — atendendo às actuais relações de força no plano interno — como
a preparação das condições políticas e económicas adequadas ao posicio-
namento da economia portuguesa na lógica actual dessa divisão internacio-
nal do trabalho.

Abril de 1978.

¹⁹ Cf. a análise de António Rodrigues publicada em *Economia e Socialismo*, n.º 10.